

CAPÍTULO 8

O difícil “nós”

Kevin Rigotti Prestes
Tânia Maria de Souza

Aqui estamos: nos comunicando em português, no século XXI e no Brasil. Parece significar que existe mais de um algo ou alguém, que usa um conjunto de símbolos e signos para tal – uma língua, uma marcação de tempo chamada século, em um lugar chamado Brasil. Essa comunicação só será compreensível – no todo ou em partes – se os envolvidos compartilham códigos com conteúdo histórico/temporal.

O português que falamos não é o mesmo de Portugal ou de nossos tataravós: todo idioma é dinâmico. Estamos no século XXI e a China está no ano 4721 de acordo com seu calendário não cristão: cada cultura organiza a vida e o tempo em consonância com suas tradições e história. Falamos uma língua europeia, com marcações territorial, temporal e cultural europeias e nossa comunicação só é possível por conta desses elos.

No Brasil (2022), são cerca de 274 línguas indígenas faladas por 305 etnias que insistem em existir, mesmo invisibilizadas. Provavelmente, as pinturas rupestres tinham um propósito de comunicação que sobreviveu ao tempo, diferente das histórias e tradições orais não registradas. Será que eram bem aceitas as pinturas rupestres quando foram feitas? A arte sobreviveu ao tempo e agora buscamos respostas.

Buscamos neste trabalho olhar para esse “nós”, em uma universidade pública, localizada em um país chamado Brasil. O desafio é de estranhar padrões, encarar as diferenças e seus desafios quando se fala em conhecimento socialmente válido,

em verdades aceitas e critérios para tudo isso, sobretudo em uma sociedade diversa e desigual como a brasileira, construída sob os padrões de colonização europeia e da lógica do capital.

Quem é o “nós” que pensa que pensa? Olhemos para a diversidade de tipos humanos, religiões, crenças, hábitos e modelos de vida existentes até mesmo dentro de nossas famílias. Nosso fenótipo, gênero, classe social, escolaridade, origem étnica ou religião nos define em primeira pessoa do plural? Não estamos silenciando diferenças e outras possibilidades de leituras de mundo quando pensamos em um único “nós”? Um “nós” se define em contraposição a um “outro”? Quem seria?

Apesar de a história europeia ser contada como superior, muitos se negam à condição de invisibilidade e/ou subalternidade. Quando olhamos de perto, percebemos que a homogeneidade é uma ilusão de ótica dada pela distância do olhar que se pretende universal. Quanto mais perto do mundo real, mais as diferenças aparecem sobre valores tidos como pacificados por convencimento, crença ou força bruta: as diferentes formas do poder. Resistências também podem ser percebidas de diferentes formas e intensidades: as relações políticas, sociais e culturais são dinâmicas, históricas e dialéticas.

Estamos repetindo um modelo colonizador? O desafio passa pelo reconhecimento crítico do lugar de fala da sociedade e de suas partes? Quem escreve? Para quem escrevemos? Conseguimos falar em primeira pessoa do plural apesar das diferenças existentes na sociedade e ou mesmo entre os autores de um texto?

Na primeira parte, fizemos uma rápida visita à história da Filosofia. Na sequência, resgatamos autores do *ethos* brasileiro e, depois, questionamos o que seria um olhar sobre um suposto “nós”. Por fim, inconclusivamente, perguntamos ao espelho o que vemos e quais os caminhos para uma produção acadêmica nesse contexto.

Saber, poder e verdade

O pensamento ocidental guarda muito da antiga Grécia: racionalidade e domínio das paixões. Manuais de Filosofia dizem que a humanidade sempre procurou explicar a natureza e o mundo, tanto para entender e garantir sua sobrevivência quanto para controlar e diminuir as incertezas, e que a forma mais primitiva de explicação do mundo é o mito. Teria uma estrutura baseada em explicações do funcionamento do mundo, com base na crença simples do porquê dos fenômenos. Na linha evolutiva, estariam as religiões, com uma cosmogonia mais complexa e maior controle do mundo por meio de rituais. Já a Filosofia, inventada pelos gregos, teria capacidade de explicar o mundo e chegar à verdade pela razão. Finalmente, dentro desse raciocínio evolucionista, a ciência chegaria como a forma perfeita de geração da verdade universal por possuir um método capaz de ser verificado e quantificado.

Nessa crença linear, as sociedades poderiam ser hierarquizadas em graus evolutivos, sendo que a sociedade derivada da cultura judaico-cristã seria o ápice da história humana e superior às demais por autoproclamação: o que justificaria o dever de levar “civilização” aos mais “atrasados”. Lembremos também que não só a superioridade civilizatória, mas também o privilégio de conhecer o único deus verdadeiro impulsiona para salvar outros povos de si mesmos, como nas Cruzadas.

Processos históricos europeus levaram a quase mil anos de domínio da Igreja Católica – período conhecido como Idade Média – como detentora da legitimidade dos padrões de verdade. Conhecimentos diferentes foram perseguidos e culturas e pessoas sacrificadas pela não identificação com a verdade do amor cristão, que odiava a diferença e rotulava como inimigo do deus legítimo a ser destruído.

A modernidade trouxe grande ênfase no *eu*, que pensa sozinho e alcança a verdade universal. Descartes, considerado pai da ciência moderna, em seu *Discurso do método* (Descartes, 1973, p. 33-80), descreve como a razão pode chegar à verdade por si mesma: o método científico que possibilita que outros “eus” cheguem à mesma verdade. A ciência moderna separou conhecimento válido – científico – da verdade da fé católica e tornou-se a forma de produção de verdade aceita como universal no Velho Mundo, gerida por um novo grupo: os cientistas. Essa valorização do indivíduo foi crescendo em importância social junto com a evolução do capitalismo, desembocando na sociedade de consumo que hoje vivenciamos. A ciência continua sinônimo de razão e conhecimento válido, definida por métodos e paradigmas validados por especialistas (Kunh, 1990). A crença de uma única razão universal e evolutiva – tendo a ciência como topo evolutivo – espalhou-se pelo planeta e espaço sideral.

Muitas culturas deixaram de existir ou se adaptaram para resistir de certa forma aos dominadores europeus, resignificando ou resistindo. Dada a superioridade que os europeus acreditavam ter, partiram para a apropriação do mundo como se deles fosse, amparados em parâmetros religiosos para a missão civilizadora.

Mas qual a relação entre poder e saber? Recorramos à mitologia grega, a Deusa Atena, deusa da sabedoria. São várias as versões sobre seu nascimento, mas em todas ela nasce da cabeça de seu pai, Zeus – deus do poder – após ele comer Métis, a deusa da astúcia. Em outras palavras, o saber nasce da cabeça do poder que absorve a astúcia para não perder seu poder. Quem tem o poder define o que é saber válido e o saber realimenta as relações de poder, seja pela força, seja por outros meios como religiões ou mesmo indústria cultural. A construção de verdades e suas implicações nas regras de vida das sociedades fazem parte das várias formas de convívio entre animais sociais como nós.

Tivemos e temos muitas culturas na complexa sociedade brasileira, cada qual com suas estruturas de valores, que convivem de formas mais ou menos conflituosas em cada situação ao longo da história brasileira. Dentro desse “nós” e – confundidos por terem “pele clara” – estão etnias originárias, com sua cosmogonia e modo de vida próprios que são invisíveis e incompreensíveis ao olhar da racionalidade dominante. Da mesma forma, outras etnias que aqui chegaram também trouxeram valores, saberes e modos de vida não reconhecidos pelo poder detentor do uso legítimo da força e do discurso religioso que se pretende universal.

O acesso ao poder e suas ferramentas é dado pela validação do saber institucionalizado e vice-versa: circuito praticamente fechado. O conhecimento tradicional ou originário é considerado credence irracional, como é o caso dos chás das nossas avós indígenas ou negras, que depois de pesquisados cientificamente e transformados em mercadoria na farmácia, passaram a ser válidos. O saber acadêmico/científico é uma das formas de saber possível e inegavelmente capaz de grandes feitos importantes, mas não é a única possível, tampouco infalível.

O difícil acesso da população ao poder dominante e sua linguagem – que se diz democrático e de mérito – leva a distorções entre o que o poder diz e o que de fato ocorre. Os direitos garantidos pela Constituição Federal brasileira, por exemplo, continuam não acessíveis para a grande maioria da sociedade. Mesmo com direitos, quem não os conhece não consegue usufruir e muito menos cobrar os que estão assegurados na Constituição cidadã: educação, a saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados etc. (Brasil, 1988). A pesquisa *Nós e as desigualdades no Brasil* (Oxfam, 2021) aponta que os mais pobres têm muito mais dificuldades para ter um emprego, acesso a uma boa escolaridade e à saúde. Também mostra a dificuldade de acesso ao transporte e ao deslocamento dessas pessoas, o direito de ir e vir.

Mesmo a Europa é diversa em línguas, povos e culturas vivas e em constante alteração, como é a dinâmica social, e muitas são invisibilizadas, ainda que com menores distâncias sociais que nos países colonizados. Iberos, celtas, mouros, fenícios, romanos, judeus e tantas outras sociedades influenciaram a formação portuguesa e as de demais culturas que aqui aportaram. A tensão entre o uno e o múltiplo está sempre presente e por vezes eclodem mudanças sociais com o rompimento dos tecidos sociais que continham as forças sociais, raras vezes de forma pacífica.

O direito de existir, com respeito às suas diferenças, tem sido cada vez mais reivindicado junto às instâncias políticas e universitárias, com crescente visibilidade e ocupação de espaços. Povos indígenas no Brasil têm se organizado e se feito presentes, contestando a história oficial de “descobrimto do Brasil” com a sua leitura

de “invasão e massacre” que, infelizmente, ainda está em curso. A busca para que seus saberes e sua existência sejam reconhecidos tem sido pela ocupação de espaços midiáticos e no poder com estratégias como o anual Acampamento Terra Livre (ATL), no qual as entidades indígenas, como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e apoiadores, reúnem diversas etnias para trazerem suas pautas à Praça dos Três Poderes, mostrando seus valores com um discurso de direito à diferença e valorização da vida em harmonia com a natureza. Ainda nesse movimento político, a ocupação de espaços institucionais, como a chamada “bancada do co-car”, tem marcado forte presença nas discussões nacionais, trazendo o olhar de representação de territorialidade e ancestralidades indígenas e de gênero com quatro mulheres indígenas num espaço dominado por homens brancos, ruralistas e empresários, como o Congresso Nacional. Cabe destaque a criação de uma pasta ministerial em 2023, o Ministério dos Povos Indígenas, chefiado por indígenas.

A estratégia indígena passa também pela produção universitária como a de Ailton Krenak, que foi constituinte em 1988, e busca descolonizar ideias arraigadas do pensamento ocidental, tomando por base as referências de povos indígenas. As tecnologias da informação e a presença ativa inclusive no cenário internacional, em coro com outros povos originários e africanos que buscam visibilidade e respeito, têm sido largamente utilizadas. “Nós, índios, também estamos nos especializando em brancos e isso não significa que vamos deixar de ser índios”, já dizia Marcus Terena, ainda no século XX, ao comentar a apropriação dos saberes indígenas e a necessidade de melhor convivência e respeito às diferenças dentro do Brasil (Morin, 2000, p. 46). Podemos dizer que há um movimento de busca por espaços políticos para novas epistemologias, baseadas em conhecimentos e saberes desses povos considerados inferiores quando da construção dos valores globais e ainda dominantes. Como Macas (2005) destaca, é necessária a reconstrução epistêmica da política e dos saberes e poderes na pluralidade para sair da prática homogeneizadora que vivemos, e não só quanto aos povos indígenas, mas também com todas as culturas e formas de produção de verdade diferente dos padrões globalizados vindos do Velho Mundo.

Segundo Santos (2007), o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal: um sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que estas últimas fundamentam as primeiras. As distinções invisíveis são estabelecidas por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o “deste lado da linha” e o “do outro lado da linha”. A divisão é tal que o outro lado da linha desaparece como realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer modo de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma

radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção de inclusão considera como o “outro”. A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da copresença dos dois lados da linha. O universo “deste lado da linha” só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante: para além da linha há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não dialética. O lado da linha de que Santos fala é o hemisfério Norte, com os valores e subjugações dominantes do capitalismo e estruturado desde a colonização. Esse modelo civilizatório desconsidera a existência de seu oposto – nós do outro lado da linha – que é usado como campo para exploração, violência e negação de tudo que o civilizado norte considera adequado dentro de sua ilusão de regulamentação e de direitos. Por isso, podem se apropriar de terras, bens e pessoas sem problemas porque “descobriram” fora do estado de direito que rege o lado da linha vigiado e protegido de suas casas. Esse pensamento epistemológico e político moderno começou a colapsar quando as colônias começaram a se emancipar porque o sustentáculo da tal sociedade se dava pela situação de subordinação, apropriação e violência executada contra os considerados sub-humanos do outro lado da linha. Santos destaca que as linhas abissais – tanto do direito quanto da epistemologia – começaram a ser desafiadas e o outro lado (nós) tem avançado em seus limites pelas pressões exercidas tanto por terrorismo e pressões migratórias que fazem o retorno do colonizador para o lado de lá, quebrando as lógicas de direito e organização europeia, quanto trazendo desafios para uma nova epistemologia e reconhecimento daqueles que não mais aceitam a invisibilidade, inclusive dentro do território protegido pela linha abissal, do lado de lá.

O pensamento abissal se pressupõe detentor do monopólio “da distinção universal de verdadeiro e falso” que subjuga e invisibiliza toda outra forma de pensamento e conhecimento aceitável. Santos destaca a necessidade de se buscar uma epistemologia pós-abissal, que não seja excludente, que dialogue com as diferentes culturas e formas de conhecimento existentes na humanidade a ser construída. A epistemologia pós-abissal não poderia se pretender universal como a abissal, mas multicultural, respeitando as diferenças sem hierarquia para ser inclusiva e base de nova forma convívio político com as diferenças. Nessa leitura, sobretudo os povos do lado de cá da linha teriam muitos saberes a serem resgatados para esse novo marco pós-abissal chamado “ecologia de saberes”, com características territoriais, pluralidade, intersubjetividade, interesclaridade e intertemporalidade, mudando radicalmente a lógica de dominação colonial e globalizante totalizadora que deu tanta vantagem ao colonizador moderno. Nessa leitura, a correção das injustiças sociais globais guarda grande ligação com a injustiça cognitiva global e somente um

pensamento pós-abissal, em construção por diferentes movimentos nas ex-colônias, pode gerar as mudanças necessárias.

Seria nosso futuro ancestral? Um modelo de novo pacto de saberes de diferentes culturas e formas de produção de conhecimento sem hierarquia, apenas o reconhecimento de que são diferentes porque produzidos com base em outras formas de experiências sociais? Nesse ponto, o discurso dos povos indígenas e das premissas de Santos (2007) para uma ecologia de saberes parecem confluir e estar em construção histórica.

Epistemologias têm sido criadas para ocupar esse espaço de reconhecimento de saberes femininos, negros, ecológicos, LGBTQIA+ e outros, elevando a temperatura por mudanças estruturais de mentalidade e poder em diferentes espaços sociais. As reações do status quo e do imaginário europeu cristão têm levado à ascensão da extrema direita, à busca por garantias de privilégios adquiridos e até a movimentos que pedem ditadura militar e um estado policial que sufoquem novamente as diferenças, ou seja, querem voltar ao cenário colonial no qual a violência e a ausência de direitos para escravos e pobres era a cara do país sem nome – já que “brasileiro” era a forma como se designava as pessoas que trabalhavam extraindo, explorando pau-brasil até meados do século XIX (Calligaris, 1991, p. 29) – comandado por uma elite que crê ser do outro lado da linha: o colonizador.

Nós?

Desatar o nó do “nós”! De que “nós” estamos falando? Nós humanidade ou autores do texto? Um nós que se contrapõe ao outro para unificar um povo contra outro ou um nós dado pela ancestralidade e territorialidade, como povos e comunidades indígenas? Um nós que veste a camisa da seleção de futebol para torcer ou para quebrar prédios públicos? Um nós que vem sendo procurado por autores das ciências sociais assim como pela arte? Talvez tudo isso e nada disso! Se poetas e músicos cantam a aquarela do país em seus versos ou pedem para o Brasil mostrar sua cara, cientistas sociais têm se debruçado no desvendar sobre “o que faz do Brasil, Brasil”.

A nação brasileira, estampada em livros escolares, hinos cívicos, esportes e outras manifestações vem de uma narrativa que chegou junto com as caravelas e se impôs pela força às populações residentes e suas identidades. Os livros do período da ditadura militar no Brasil (1964-1985) diziam que o europeu foi “obrigado” a trazer escravos africanos para trabalhar no Brasil porque os índios eram preguiçosos: negarem-se à escravatura em seu próprio território visto como indolência pelo escravagista que não trabalhava! A narrativa de democracia racial não se sustenta e autores, artistas e líderes indígenas e negros têm denunciado o racismo estrutural existente no país.

A desvalorização das camadas pobres da população faz com que mesmo conquistas de direitos trabalhistas sejam burlados pelo capital e ocorra algo similar ao trabalho escravo para esse “outro” com os quartinhos de empregada, a resistência a direitos trabalhistas e até o salário mínimo como único acessível para muitos que ainda conseguem, posto que 70% dos brasileiros recebem até 2 salários mínimos. Segundo o Dieese (2023), o salário mínimo deveria ser pelo menos cinco vezes maior do que o pago. Em países como o Brasil, com gritante disparidade social e de distribuição de renda, o fosso social gerado pela desigualdade na distribuição de renda deixa grande parte da população restrita às questões de sobrevivência imediata com a insegurança alimentar, moradia precária e não satisfação das demais necessidades básicas.

O nascimento da Atena explica a relação saber-poder a que ainda hoje assistimos na sociedade em que vivemos, lembrando que a sociedade democrática grega da antiguidade era escravocrata, sexista e cidadania era apenas para poucos: os homens verdadeiramente homens não realizavam a degradante atividade de trabalhar e se dedicavam a coisas nobres, como o conhecimento e a política.

Olhemos para esse “nós brasileiros” do qual somos parte e formados nessa consciência coletiva com símbolos, valores e discursos de verdade que permeiam a abstração chamada sociedade brasileira, multifacetada com suas narrativas, contradições e processos históricos.

Calligaris (1991), psicanalista, tenta entender como é possível ouvir o que ouve de brasileiros sobre o Brasil: “Este país não presta”. “Ame-o ou deixe-o”. Usando categorias psicanalíticas, percebeu a falta de “Umtegração” nacional, ser “um”, ter um pai fundante e um corpo materno acolhedor. A grosso modo, coloca que um dos problemas é que os que aqui chegaram não queimaram os barcos – sempre com o olhar de que querem voltar ao lugar de origem. Cada um de nós traríamos o olhar de colonizador e de colono, mesmo os que vieram escravizados. A figura do colonizador é daquele que veio ao Brasil para explorar, na busca do gozo que exaure mas nunca está satisfeito. Pois o desejo era que esse gozo fosse na pátria mãe que ficou para trás e, por mais que retire, que se aproprie e empodere, não será suficientemente saciado porque o objeto de desejo possível não é a figura materna que ficou na origem: sempre de olho no barco.

O colono é aquele que vem em busca de uma identidade, de um reconhecimento que não tinha na sua origem ou que foi arrancado dele pela pobreza ou pela escravização e quer regras para ser reconhecido. Ao chegar aqui também não encontra as regras e o reconhecimento esperado e se frustra. Em todos os casos, psicanaliticamente, falta unidade. A falta de limites, da função paterna e os abusos possíveis aos corpos da não mãe, mas a outra acessível que seriam as terras e riquezas

brasileiras, assim como os corpos escravizados, geraria essa dialética de abusos e não pertencimento, de um gozo que nunca é pleno e da não realização. Calligaris fala de populações com ancestralidade oriunda de outros territórios que se identificam com os países dos quais seus avós, tataravós ou pais saíram. A febre em sair do país porque “aqui não presta” dificulta a criação de um “nós”, porque a identidade está no desejo de ser o outro, ser do outro país. Dizer que “este país não presta” é dizer “nós não prestamos” e a saída é a saída do país. Vendido lá fora como terra de praia, futebol e mulheres desnudas – sobretudo as mulatas –, como chamariz para o turismo sexual, inclusive pelas agências estatais, ou como o paraíso para onde os bandidos dos filmes fogem com as malas de dinheiro, a imagem da terra Brasil não parece de uma recatada senhora, mas de escravizada explorada pelo colonizador sedento.

Fugindo dos discursos de base escravocrata, Roberto Damatta (1986) e Renato Ortiz (1985) se destacam na busca de elementos da cultura brasileira para entender o que seria esse Brasil olhando daqui, o que somos, e como reconstruí-lo a partir das relações sociais desiguais e da falsa democracia racial existente. Uma sociedade derivada da forma encontrada pela população para sobreviver e reproduzir seus modos de vida numa sociedade desigual.

Apesar de reconhecer a colonização como fator determinante de muitas características da identidade nacional, seja reafirmando ou resistindo, a leitura colocada pela sociologia e pela antropologia cultural ainda busca um corpo básico que possa ser chamado de Brasil e com o qual se possa identificar: uma unidade nacional, um “nós”. Por mais que as leituras tragam luz para a diversidade de relações e conflitos existentes, o parâmetro ainda é de um estado nação, figura historicamente criada na Europa.

Damatta (1986) busca identificar aquilo que é o jeito de ser do brasileiro, o que o diferencia. “Como se constrói uma identidade social? Como um povo se transforma no Brasil?”. Trabalha a criatividade brasileira e as dicotomias presentes em comportamentos distintos entre a casa – lugar sagrado – e a rua, onde vale tudo; a falsa democracia racial que dialoga com sexismo e tratamentos dúbios da sociedade à figura dos mestiços e à mestiçagem, ainda herança de imaginários importados que aqui se tenta dar um jeitinho... O “jeitinho brasileiro” descrito por Damatta é uma forma de ficar na zona cinzenta entre o que pode e não pode, estratégia de sobrevivência em uma sociedade desigual em que a lei, o certo e o errado, não são para todos, na qual cidadania não existe de fato e a solução é dar um “jeitinho”, usar de relações pessoais ou favores para se obter até mesmo o básico para sobrevivência. O problema é que o jeitinho colabora nas relações de compadrio e aumenta ainda mais o fosso entre os grupos sociais e seus acessos. Esse caldeirão de culturas, religiões,

línguas e valores chamado Brasil é o local histórico do qual falamos com a diversidade de valores, fusos horários, paisagens e culturas que interagem no dia a dia com os desafios de um país periférico no jogo internacional. Que tem uma elite econômica herdeira da fase colonial, que mantém padrões estrangeiros como parâmetros e grande desigualdade social.

Temos um "nós"? A complexidade das relações na sociedade brasileira passa pela diversidade existente. Um mesmo indivíduo pode ter mais de um lugar de fala legítima e com produção de saberes distintos e até contraditórios. O desafio é conviver com essa pluralidade de forma a respeitar as diferenças e os saberes no atual cenário de radicalização de valores conservadores. Muitos não se veem como parte desse Estado-nação, adotam estrangeirismos ou tentam a volta para um passado inexistente, no qual a pátria-mãe deixa gozar, tentando deixar o barco Brasil.

O que vemos no espelho?

É crescente as pessoas em reuniões virtuais fazerem a audiodescrição para que os ouvintes cegos possam ter uma ideia de como é a voz que fala. Na audiodescrição, normalmente, a pessoa fala o fenótipo, a roupa, o que está usando e em que espaço está. Essa apresentação pelo que se vê pode ajudar a fortalecer empatias e identidades, mas também carrega uma grande carga de padronização, tal qual vemos nos formulários oficiais. Existem padrões a serem catalogados e você precisa estar entre pretos, pardos, brancos ou indígenas. Onde ficam os mestiços e sua grande variedade em seus diferentes tons?

Grande parte dos que se autodeclararam brancos nessas bandas são chamados de "latinos" nas terras do Norte. Todas as teorias racistas do passado e do presente invisibilizam a mestiçagem como se a troca genética não fosse uma necessidade até mesmo para a preservação das espécies, biologicamente falando. O povo mestiço, genética e culturalmente, carrega em seu DNA informações e conhecimentos diferentes e com possibilidades de criações mais diversas do que a monocultura padronizada e é capaz de fazer para sair de situações adversas. Falar na frente do espelho, sem contestação de certezas ou outras formas de perceber as coisas e o mundo, invisibilizando e emudecendo o restante é mais fácil e, ao mesmo tempo, menos rico ou criativo. O caldeirão cultural brasileiro mistura religiões de diferentes matrizes, gosto e sabores de diferentes paladares e origens, valores e padrões morais das mais variadas ideologias, manifestações de poder de sedutoras à extrema violência... tudo ao mesmo tempo e com indivíduos que vivenciam as diferentes nuances desses extremos ao longo da vida de forma desigual. A resistência e a resiliência que fez sobreviver as diferenças e fez surgir as alternativas criadas tanto nas artes como nas demais áreas da vida, como a memória ancestral do uso de ervas, do

manejo do fogo, e dos valores gregários constituem polo ativo de possíveis revisões de padrões de mudança social, necessárias diante dos desafios climáticos e societários que já desafiam a humanidade. Se crescemos ouvindo do poder militar subalterno e colonizador que o Brasil era o *país do futuro*, podemos até concordar, desde que olhemos um futuro oposto ao que os militares desejavam.

De acordo com o Censo (IBGE, 2023), a quantidade de pessoas que se declaram pretas, pardas e indígenas cresceu no Brasil. Estamos valorizando mais as pessoas negras e indígenas? A política de cotas tanto nas universidades quanto em concursos públicos pode ajudar a pessoa a se declarar como tal? Estamos diminuindo o preconceito e o racismo? A lei das cotas raciais completou dez anos; mesmo sendo uma vitória, ainda estamos longe de reparar as desigualdades sociais do passado que se refletem no nosso presente e futuro.

Às vezes (um de nós) me questiono se o cantor mais famoso de rap americano Eminem não seria negro, diante das circunstâncias. Nem tudo é sobre o tom da pele. Não compramos mais lápis de cor pele, mas na minha infância (um de nós) eu pintei alguns desenhos com esse lápis, além de aprender que quem descobriu o Brasil foi Pedro Álvares de Cabral. Não tinha sabedoria para refletir e questionar sobre isso, mas talvez (um de nós) meus professores o tinham e, como cantava Renato Russo na música “Índios”, “nos deram espelhos e vimos um mundo doente”. A mídia nos vende uma beleza europeia, um Jesus Cristo de olhos azuis. Por muito tempo acompanhamos mulheres negras com seus cabelos lindos e enrolados alisando-os para se encaixar no padrão de beleza, influenciadas o tempo todo por meio de músicas, cinema, televisão e até propagandas.

A população está envelhecendo e o etarismo cresce no eterno país do futuro; isso é motivo para não nos reconhecermos no imaginário de sermos um país jovem. Envelhecer é um privilégio negado para muitos, sobretudo homens pretos periféricos – vítimas preferenciais do preconceito e da violência. Ao mesmo tempo, cirurgias plásticas e tecnologias estéticas estão aí para nos fazer parecer mais joviais e dentro dos padrões de corpos sexualizados e perfeitos – desde que se tenha dinheiro para tal; a ciência continua procurando o elixir da eterna juventude dos alquimistas. A máxima do consumo e da supervalorização da imagem faz com que homens busquem produtos como o shampoo do Cristiano Ronaldo, um português, repetindo padrões que tínhamos de compra desde a época do pacto colonial: o que é de fora é melhor. As crianças sonham em ser jogadores de futebol, pois não é muito empolgante ser um trabalhador que ganha um salário mínimo sem valorização social. Então o espelho que usamos reflete o que está à nossa volta no nosso bairro e em meio a familiares, ou reflete a ilusão doce de que grandes coisas podem acontecer se tivermos sorte. Mas a sorte seria ter saneamento básico, iluminação pública que

muitas vezes não existe: a falta de cidadania a ponto de que nem o cidadão cliente existe, posto que os serviços pagos não são entregues. Pagamos impostos e andamos em estradas esburacadas: o que deveria ser cidadania ou justiça social dado como sorte. Somos cobrados duplamente ou multiplamente, enquanto o jetski e o helicóptero não precisam se preocupar com impostos, numa lógica de privilégios.

Vemos nesse espelho modelos sexistas em que homens com discurso de revolucionários exercitam práticas machistas por comodidade, má-fé ou simplesmente comodismo, em uma sociedade na qual o cinismo e a apropriação do corpo e do trabalho das mulheres é dado como normal e que têm embasado a violência do feminicídio, independentemente da origem ou dos acessos sociais disponíveis.

Setores sociais vulneráveis e invisibilizados, por questão de justiça social, precisam de ações concretas, mas o espelho nos mostra também que a gente é gente. O fato de ser pobre, indígena, mulher ou qualquer outra minoria política não transforma o indivíduo em anjo. Garantia de acessos e respeito é diferente de vitimização ou salvo conduto pleno do discriminado, posto que isso não eleva a formação de identidade ou qualifica a convivência social, colocando-o em ação para mudança de sua situação. Atribuir somente ao outro a responsabilidade de tirá-lo da situação imobiliza e concretiza subordinação na acomodação inversa à resistência emancipadora de identidades. O resgate de autoestima, do ser capaz de produção de história é importante, posto que a busca só pela sobrevivência imediata abre caminho para salvadores deste e do outro mundo, com discursos messiânicos e totalitários, que arrebanham a servidão voluntária de multidões; guiadas por medos concretos ou criados, perdem a capacidade do pensamento crítico. A recente cisão nacional concretizada a partir de valores totalitários é exemplo de como nossa sociedade, viciada em redes sociais e com a multiplicidade de fatores de nossa história colonial, pode ser levada a não querer olhar para si mesma, delegando a um messias, a um outro, a responsabilidade que a exima de seu sofrimento e impotências. Olhar no espelho não é fácil.

Antes de sairmos dessa breve passagem pelo espelho, me permito (um de nós) colocar a experiência de ter percebido que algumas pessoas de meu convívio não entendem o que falo. Por vezes ouvia que falava muito difícil, outras vezes eu não entendia o que diziam por não fazer sentido palavras usadas ou estruturas lógicas. Comecei a perguntar o que queriam dizer ou o que entendiam por algumas palavras que utilizam, o que causou grandes desconfortos, porque não conseguiam explicar ou tinha sentido muito diverso do que temos nos dicionários da língua portuguesa. Para aquelas pessoas de grandes cidades e baixa escolaridade, o português é outro. O mito de que falamos a mesma língua, mesmo dentro de nossas casas,

é outro a ser enfrentado até para que a escuta seja possível e a comunicação se dê com menos ruído. Nosso espelho também reflete nossos ruídos.

Inconclusões

“Nós” é sempre difícil, até mesmo quando o “nós” são apenas duas pessoas escrevendo em primeira pessoa do plural: escapa um “eu” aqui, outro ali... Uma contradição deste trabalho pode ter sido partir de um nós numa língua sob a qual o nós invisibiliza as diferenças, as particularidades. Conviver com as diferenças sem subjugar ou ser subjugado, respeitar limites e lógicas diversas, entender olhares distintos... são muitos os desafios em todos os planos quando se pensa um nós: até mesmo os conflitos que cada um de nós tem dentro de si mesmo, silenciados pelas convenções sociais e convicções pessoais.

O exercício de nos repensar como parte desse processo em que o outro está junto mas é diferente, escreve junto mas de outra forma, não é trivial e pode até nos dar vontade de voltar aos padrões dominantes. Repensar critérios para fazer ciências humanas ou humanidades, como preferem alguns, de forma a não reproduzir epistemologias que pedem superação é um desafio. Reconhecer as diferenças e respeitar as diferentes formas de produção e reprodução de conhecimentos e saberes parece basilar mas não é. Compreender o que o outro diz dentro do contexto dele, sem subjugar, apropriar-se ou algo parecido é mudar a estrutura de pensamento com que fomos criados.

Dependendo do que se queira comunicar ou pesquisar, o outro ao nosso lado pode ter uma linguagem ou um conjunto de valores que pode entender outra coisa ou não querer participar de pesquisa ou partilhar seus saberes. Questões éticas também devem ser repensadas para que sejamos, dentro da medida do possível, coerentes ao falarmos dessa pluralidade de nós que compõem o universo brasileiro, posto que carregamos conosco um conjunto de referências sociais. É possível tirar o colonizador e o colonizado que está em nós? Carregamos muita coisa invisível e invisibilizada nas nossas referências e poderá atrapalhar a convivência e o respeito pelo diferente, a adoção de meios adequados de ouvir e perceber o outro como parte de um nós em alguns momentos e não em outros, dependendo do contexto.

Dentro da Universidade, nossas pesquisas impactarão algo? Como incluir diferentes saberes e trabalhar em conjunto com os setores escolhidos para investigação, não como objeto, mas como formulador de seu autoconhecimento? Ouvir e entender sem possuir respostas prontas, de mente aberta para descobrir e trilhar soluções em parceria ativa e contínua, sem construções pré-fabricadas. O próprio objetivo dessa escuta de saberes tem de ser ouvido e pactuado entre as partes para que tenha, além de concretude, um uso social que também é coletivo.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasil, 1988.
- BRASIL. Brasil registra 274 línguas indígenas diferentes faladas por 305 etnias. Ministério dos Povos Indígenas, Fundação Nacional dos Povos Indígenas, Assessoria de Comunicação FUNAI, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2022-02/brasil-registra-274-linguas-indigenas-diferentes-faladas-por-305-etnias#:~:text=Brasil%20registra%20274%20%C3%ADnguas%20ind%C3%ADgenas,Funda%C3%A7%C3%A3o%20Nacional%20dos%20Povos%20Ind%C3%ADgenas> Acesso em: 05 jul. 2023.
- CALLIGARIS, C. *Hello Brasil: notas de um psicanalista europeu viajando ao Brasil*. São Paulo: Escuta, 1985.
- DAMATTA, R. *O que faz do brasil, Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1986.
- DESCARTES, R. *Descartes*. Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. Disponível em: DIEESE – análise cesta básica – Salário mínimo nominal e necessário. set. 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2023/202302cestabasica.pdf>. Acesso em: 15 set. 2023.
- GAARDER, J. *O mundo de Sofia: romance da história da filosofia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Panorama do Censo 2022*. Disponível em: censo2022.ibge.gov.br/panorama/. Acesso em: 04 jul. 2023.
- KUNH, T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectivas, 1990.
- MACAS, L. *La necesidad política de una reconstrucción epistémica de los saberes ancestrales*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- MORIN, E. *Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar*. Rio de Janeiro, Garamond, Série Idéias Sustentáveis, 2000.
- ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- OXFAM. Nós e as desigualdades. *Pesquisa OXFAM Brasil: percepções sobre as desigualdades no Brasil*, 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pesquisa-nos-e-as-desigualdades/pesquisa-nos-e-as-desigualdades-2021/>. Acesso em: 05 jul. 2023.
- SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos: Revista Crítica de Ciências Sociais* (Cebrap), São Paulo, 2007.